

EconomiaEconomia

No ¹⁶⁰sábado, reunião Sarney-empresários

Neste sábado, cerca de 12 empresários representando todos os setores da economia terão um encontro com o presidente José Sarney, no qual apresentarão, mais uma vez, suas reivindicações. A principal delas é o retorno à economia de mercado. Representando as entidades de classe, estão confirmadas as presenças do presidente da Federação das Industriais do Estado de São Paulo, Mário Amato, e do presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman.



Para Amato (esq.) "tête-a-tête decisivo"

"Vai ser um pinga-fogo, onde todos os setores discuti-

rão abertamente com o presidente os seus problemas", definiu o empresá-

rio Mário Amato. Esse tête-à-tête, porém não contará com a presença do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que deverá ficar em Brasília "cuidando de outros assuntos", segundo os empresários convidados. A reunião está sendo coordenada pelo presidente do grupo Sharp, Mathias Machline e começará às 10 horas, no Haras Rosa do Sul, de sua propriedade, na cidade paulista de Itatiba. Em meio às discussões, Machline oferecerá um churrasco aos presentes.

SEM PACOTE

O presidente José Sarney está firmemente decidido a não permitir a divulgação, simultânea, de medidas de ajuste que possam ser confundidas com um novo "pacote" econômico, pois está convencido de que essa forma de anúncio é extremamente desgastante para o governo. Por essa razão, as medidas correti-

vas, ainda que interdependentes, serão conhecidas uma a uma.

De acordo com fontes governamentais, a intenção do presidente, já combinada com o ministro da Fazenda, é ir divulgando as medidas sem referência explícita ao seu objetivo. O caso concreto é o realinhamento dos preços, uma fase importante do programa de ajuste, e que está sendo feito no dia-a-dia, "sem estardalhaço", segundo esses informantes.

Esse processo de realinhamento deverá ser concluído dentro de 30 a 45 dias, com a colocação em fase de todos os principais preços da economia, inclusive as tarifas de serviços públicos. O prazo tem em vista evitar que uma grande concentração de aumentos em curto espaço de tempo possa provocar uma explosão inflacionária de consequências imprevisíveis.

A segunda etapa do programa de ajuste, cujo anúncio obedecerá à mesma disciplina, é relativa à redução do "déficit" público, relacionada com a meta de 1,5% do PIB para o corrente ano, no conceito operacional.

O ponto alto dessa fase do programa de ajuste será a divulgação, nos próximos dias, do orçamento da Sest — Secretaria de Controle das Empresas Estatais — para o corrente exercício, contemplando reduções significativas nos dispêndios globais das empresas do governo, tanto em investimentos como em custeio.

A redução dos investimentos, de acordo com informantes oficiais, resultou de uma realocação desses dispêndios, de modo a dar prioridade aos projetos de desenvolvimento da infra-estrutura econômica — energia

elétrica, siderurgia, transportes e comunicações — e, ao mesmo tempo, cortar recursos destinados a investir em novos projetos considerados não essenciais.

O objetivo desse corte é reduzir a irrelevância o "déficit" das empresas estatais que no ano passado alcançou Cr\$ 13,3 bilhões, segundo anunciou, ontem, o ex-ministro do Planejamento, João Sayad. Embora os cortes estejam praticamente definidos, o assunto somente será fechado quando o novo ministro do Planejamento, certamente mais afinado com o ministro da Fazenda, assumir seu posto.

A terceira medida de impacto dentro do programa de ajuste é a que diz respeito à eliminação gradual, no período de dois a três anos, da massa de subsídios concedidos pelo Tesouro a diversos setores da economia.

No ¹⁶⁰sábado, reunião Sarney-empresários

Neste sábado, cerca de 12 empresários representando todos os setores da economia terão um encontro com o presidente José Sarney, no qual apresentarão, mais uma vez, suas reivindicações. A principal delas é o retorno à economia de mercado. Representando as entidades de classe, estão confirmadas as presenças do presidente da Federação das Industriais do Estado de São Paulo, Mário Amato, e do presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman.

"Vai ser um pinga-fogo, onde todos os setores discutir-



Para Amato (esq.) "tête-a-tête decisivo"

ão abertamente com o presidente os seus problemas", definiu o empresá-

rio Mário Amato. Esse tête-à-tête, porém não contará com a presença do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que deverá ficar em Brasília "cuidando de outros assuntos", segundo os empresários convidados. A reunião está sendo coordenada pelo presidente do grupo Sharp, Mathias Machline e começará às 10 horas, no Haras Rosa do Sul, de sua propriedade, na cidade paulista de Itatiba. Em meio às discussões, Machline oferecerá um churrasco aos presentes.

SEM PACOTE

O presidente José Sarney está firmemente decidido a não permitir a divulgação, simultânea, de medidas de ajuste que possam ser confundidas com um novo "pacote" econômico, pois está convencido de que essa forma de anúncio é extremamente desgastante para o governo. Por essa razão, as medidas correti-

vas, ainda que interdependentes, serão conhecidas uma a uma.

De acordo com fontes governamentais, a intenção do presidente, já combinada com o ministro da Fazenda, é ir divulgando as medidas sem referência explícita ao seu objetivo. O caso concreto é o realinhamento dos preços, uma fase importante do programa de ajuste, é que está sendo feito no dia-a-dia, "sem estardalhaço", segundo esses informantes.

Esse processo de realinhamento deverá ser concluído dentro de 30 a 45 dias, com a colocação em fase de todos os principais preços da economia, inclusive as tarifas de serviços públicos. O prazo tem em vista evitar que uma grande concentração de aumentos em curto espaço de tempo possa provocar uma explosão inflacionária de consequências imprevisíveis.

A segunda etapa do programa de ajuste, cujo anúncio obedecerá à mesma descrição, é relativa à redução do "déficit" público, relacionada com a meta de 1,5% do PIB para o corrente ano, no conceito operacional.

O ponto alto dessa fase do programa de ajuste será a divulgação, nos próximos dias, do orçamento da Sest — Secretaria de Controle das Empresas Estatais — para o corrente exercício, contemplando reduções significativas nos dispêndios globais das empresas do governo, tanto em investimentos como em custeio.

A redução dos investimentos, de acordo com informantes oficiais, resultou de uma realocação desses dispêndios, de modo a dar prioridade aos projetos de desenvolvimento da infra-estrutura econômica — energia

elétrica, siderurgia, transportes e comunicações — e, ao mesmo tempo, cortar recursos destinados a investir em novos projetos considerados não essenciais.

O objetivo desse corte é reduzir à irrelevância o "déficit" das empresas estatais que no ano passado alcançou Cz\$ 13,3 bilhões, segundo anunciou, ontem, o ex-ministro do Planejamento, João Sayad. Embora os cortes estejam praticamente definidos, o assunto somente será fechado quando o novo ministro do Planejamento, certamente mais afinado com o ministro da Fazenda, assumir seu posto.

A terceira medida de impacto dentro do programa de ajuste é a que diz respeito à eliminação gradual, no período de dois a três anos, da massa de subsídios concedidos pelo Tesouro a diversos setores da economia.

Governo não apresentará plano econômico

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Apesar das pressões dos credores externos, o governo não vai apresentar aos banqueiros um plano econômico completo e de longo prazo, com garantias de estabilização da economia, pois entende que essa é uma questão interna do governo. O documento a ser apresentado em Nova York, nas próximas semanas, é uma proposta financeira definindo os pontos que o Brasil considera essenciais para montar a operação de refinanciamento da dívida.

Informantes oficiais garantiram ao *Estado* que essa posição

será mantida com firmeza e intranquilidade, a despeito das reações que dela possam decorrer. "Estamos atentos — disseram as fontes consultadas — às pressões recebidas pelo ministro Funaro, diretamente de membros de governos nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, para que o Plano Econômico seja apresentado como prévia indispensável à negociação."

Contudo, na visão do Planalto e do Ministério da Fazenda, quando os governos e banqueiros mencionam Plano Econômico eles se referem a uma proposta de ajuste recessivo, igual ao que o Brasil teve de implementar em 1983 e 1984,

e essa sugestão será recusada até o fim, sejam quais forem as consequências.

FMI

Na avaliação das autoridades da área econômica, se o Brasil ceder e se apresentar com um programa econômico ortodoxo, os credores exigirão que esse plano seja submetido a um exame do Fundo Monetário Internacional. Se o Brasil ceder em mais esse ponto, virá a terceira exigência: que o plano receba o "sinal verde" do board (diretoria) do Fundo, sem o que a negociação não poderá prosperar.

"Sabendo disso — afirma um assessor do presidente Sarney — é que decidimos endurecer a posi-

ção, oferecendo aos banqueiros o que lhes interessa na negociação: uma proposta financeira indicando as condições reclamadas pelo Brasil para firmar um acordo multianual de refinanciamento da dívida".

PRESSÃO

Ontem, o Planalto recolheu como indicação de que a pressão vai continuar, as declarações do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Baker, insistindo em que deve o governo brasileiro se apresentar diante dos seus credores com um plano econômico consistente e confiável para facilitar as negociações.